

**DISCLAIMER**

Estes apontamentos não dispensam o estudo dos manuais recomendados pelo  
Professor Regente e Assistente.

# **DIREITO PROCESSUAL CIVIL II**

**PROF. TEIXEIRA DE SOUSA**

**Faculdade de Direito de Lisboa**

## O INTERESSE PROCESSUAL

### O Interesse Processual

**§1: NOÇÃO.** O interesse processual [ou interesse em agir] pode ser visto segundo duas perspectivas:

- **Interesse em demandar [Autor]:** o interesse da parte activa em obter a tutela judicial de uma situação subjectiva através de um determinado meio processual.
  - Afere-se das vantagens decorrentes dessa tutela para o Autor [art. 26º-2, 1ª parte].
- **Interesse em contradizer [Réu]:** o interesse da parte passiva em impedir a concessão daquela tutela judicial, a favor da parte activa.
  - Avalia-se pelas desvantagens impostas ao Réu pela atribuição daquela tutela à contraparte [art. 26º-2, 2ª parte].

As vantagens e desvantagens são, naturalmente, correlativas: se o Autor tiver interesse em demandar, o Réu terá, logicamente, interesse em contradizer. O mesmo se diga se o inverso se verificar. Em conclusão, o Autor, ao garantir o seu interesse em demandar, assegura igualmente o interesse em contradizer do Réu.

Este pressuposto processual [segundo **TEIXEIRA DE SOUSA**, contra **PAULA COSTA E SILVA**] condiciona o recurso aos tribunais, visando evitar que sejam impostos custos e incómodos ao demandado e ao tribunal numa situação em que não se fundamenta o recurso aos órgãos jurisdicionais.

**§2: CONTEÚDO.** A vantagem do Autor e a desvantagem do Réu são necessariamente apreciadas em relação à situação das partes no momento da propositura da acção. O interesse processual não pode, por isso, ser afirmado ou negado em abstracto: o benefício com a tutela judicial e a consequente desvantagem imposta ao Réu são conclusões que devem

ser extraídas de uma comparação entre a situação das partes antes da propositura da acção e depois da tutela ter sido concedida, em concreto.

Faltará o interesse processual se não se observar nenhuma alteração na situação relativa entre as partes com a concessão da tutela judiciária, enfim.

**§3: AFERIÇÃO.** O interesse processual é um pressuposto processual respeitante à parte activa [e, correlativamente, ao Réu, cfr. supra §1], que é aferido através de dois vectores:

- **Necessidade de tutela judicial:**
  - Aferida objectivamente perante a situação alegada pelo Autor.
  - Aferida subjectivamente quanto a:
    - Situações de litigância de má fé [*vg se o Autor intentar várias acções pedindo o pagamento, em cada uma delas, de uma pequena parte da quantia em dívida - falta de interesse processual, art. 456º-2*].
  - A mera alegação de uma situação subjectiva do Autor pode ser suficiente para lhe ser implicitamente reconhecida a necessidade de obtenção de tutela judicial: *vg invocação do direito a uma prestação já exigível [direito de crédito] ou de um direito potestativo [vg divórcio] - a realização destes direitos pressupõe uma sentença judicial*.
  - O interesse processual destina-se a definir as condições em que uma parte pode recorrer aos tribunais quando a situação subjectiva de que é titular não lhe atribui, no momento da propositura da acção, essa faculdade: *vg se a obrigação ainda não estiver vencida [exigência da condenação in futurum do devedor no cumprimento]*.
- **Adequação do meio processual escolhido pelo Autor:**
  - A acção instaurada deve ser o meio judicial adequado para obter essa tutela, aferida em termos de utilidade, rapidez e economia

processual: *falta interesse processual à parte que pode obter o mesmo resultado através de o outro meio, processual ou extraprocessual, que importa menos custos e incómodos [vg o Autor que intenta uma acção de simples apreciação quando lhe era possível propor, desde logo, uma acção condenatória.*

- Quanto à subsidiariedade da autotutela face à heterotutela [vg *quanto à acção directa ou à legítima defesa*], a parte nunca tem, numa situação concreta, a opção entre recorrer à justiça privada ou aos tribunais, uma vez que a tutela judicial é a forma normal de defesa dos direitos subjectivos [art. 1º].

**§4: QUALIFICAÇÃO.** Sendo o interesse processual um pressuposto processual [na opinião de **TEIXEIRA DE SOUSA**], o mesmo é, como qualquer outro pressuposto, aferido exclusivamente perante o objecto definido pelo Autor. Naturalmente, a contestação do mérito da acção pelo Réu [procedência ou improcedência] não envolve a contestação do interesse processual [como, de resto, de qualquer outro pressuposto].

Contra este entendimento, veja-se o disposto no art. 449º: responsabilidade do Autor pelas custas quando o Réu não tenha dado causa à acção e não conteste, excepção ao art. 446º-2 - responsabilidade do Réu pelas custas. O preceito foi invocado para negar a qualificação do interesse processual como um pressuposto processual [**CASTRO MENDES**], nos termos seguintes:

As alíneas do art. 449º-2 constituem exemplos, segundo este entendimento, de “acções inúteis” que não implicam a absolvição do Réu da instância, mas apenas a responsabilidade do Autor pelas custas [uma vez que a acção procede] - **TEIXEIRA DE SOUSA** *reconduz o elenco a acções propostas sem interesse processual*:

- a) O Autor exerce um direito potestativo que não tem origem em qualquer facto ilícito praticado pelo Réu [vg *constituição de servidão legal*].
- b) A obrigação do Réu só se vence com a sua citação ou depois da propositura da acção [vg *condenação do Réu no pagamento de uma obrigação pura*].

- c) O Autor, munido de um título com manifesta eficácia executiva, intenta uma acção de condenação [*vg o sacador de uma letra*] - cfr. art. 46º.
- d) O Autor, podendo logo interpor um recurso de revisão, usa sem necessidade o processo declarativo.

Com efeito, o disposto no art. 449º poderia demonstrar que, no direito positivo, o interesse processual não é visto enquanto um pressuposto processual: de outro modo, a sua falta teria como consequência a absolvição do Réu da instância [como todos os outros pressupostos processuais], e não a mera responsabilidade do Autor pelas custas [**CASTRO MENDES**]. Todavia, **TEIXEIRA DE SOUSA** contradiz este entendimento, sublinhando a necessidade, para operar a responsabilidade do Autor pelas custas, de que o Réu não conteste:

Esquemáticamente, a aplicação prática deste regime redonda na sequência seguinte: Autor intenta uma acções que se subsuma às quatro alíneas do nº 2, e, em consequência da não contestação do Réu, a acção é considerada procedente e o Autor é responsável pelas custas.

Em suma, não só o interesse processual é, para este autor, um verdadeiro pressuposto, como ainda o direito positivo trata-o efectivamente como tal: ao impor a responsabilidade do Autor pelas custas apenas se o Réu não contestar, a norma demonstra que o Réu pode contestar a falta de interesse processual, maxime através de uma excepção dilatória. Se o fizer, contestando o interesse processual ou o mérito da acção, aplicar-se-á a regra geral quanto ao pagamento das custas [art. 446º].

A ratio legis do art. 449º reconduz-se à protecção do Réu, uma vez que o interesse processual não é de conhecimento oficioso [já que se admite que, na falta desse pressuposto, seja proferida uma sentença de procedência]. Assim, e uma vez que a não contestação do Réu [em geral, seja quanto ao interesse, seja quanto a outros pressupostos ou ao mérito da acção] impede o tribunal de apreciar a excepção dilatória da falta de interesse processual, o Réu vê a sua posição tutelada através da imposição do pagamento das custas ao Autor [ainda que a tutela não seja tão eficaz quanto a absolvição do Réu da instância...].

## Regime Jurídico-Positivo e Análise Casuística

**§1: ESPÉCIES DE INTERESSE PROCESSUAL.** O interesse processual visa definir as condições nas quais uma parte pode recorrer aos tribunais. Pode, por isso, ser de dois tipos:

- Interesse processual positivo: concede à parte a faculdade de requerer a tutela judicial numa situação em que a mera alegação da situação subjectiva não o permite [*vg acções de condenação in futurum ou de simples apreciação - o direito de propriedade não comporta, por si, qualquer faculdade de intentar uma acção de simples apreciação contra qualquer sujeito, mas apenas contra aqueles que representem uma ameaça grave à violação desse direito*].
- Interesse processual negativo: retira ao titular de um direito subjectivo a faculdade de requerer uma certa tutela judicial [*vg obstando à admissibilidade de uma acção constitutiva quando o Autor pode exercer o direito potestativo extraprocessualmente, ou de uma acção de condenação quando o Autor detém um título executivo, art. 449º-2c*].

**§2: CONSAGRAÇÃO LEGAL.** O interesse processual consta de duas normas do CPC:

- **No âmbito da legitimidade processual**, art. 26º-2: segundo a concepção dominante na época, o interesse deveria ser enquadrado no âmbito da legitimidade processual [art. 26º-1] - **ALBERTO DOS REIS**. Actualmente, ambos os pressupostos processuais devem ser distinguidos:
  - Interesse processual: determina as condições em que a parte pode recorrer aos tribunais. O art. 26º-2 só aparentemente se refere à legitimidade, uma vez que alude à correlatividade entre vantagens e desvantagens, supra.
  - Legitimidade: define qual o sujeito que pode ser parte activa ou passiva numa acção. A correlatividade entre vantagens e desvantagens, supra, não é possível quanto à legitimidade ad causam,

uma vez que a legitimidade do Autor não assegura a legitimidade do Réu.

- Os dois pressupostos tocam-se quanto à conclusão de que só a parte legitimada pode ter interesse processual e de que o interesse é aferido relativamente à parte com legitimidade activa ou passiva.
- **Extinção da instância por inutilidade superveniente da lide**, art. 287º e): a instância é extinta por inutilidade superveniente da lide quando o Autor perde o interesse processual durante a pendência da acção pela ocorrência de um facto posterior à propositura da acção [vg *durante a pendência de uma acção de condenação à entrega de uma coisa fungível, esta perece*].

**§3: CONSEQUÊNCIAS.** A inexistência de interesse processual é uma excepção dilatória, na medida em que corresponde à falta de um pressuposto processual. A sua falta implica a absolvição do Réu da instância [art. 493º-2 e 288º-1e)]. O reconhecimento da sua falta cede perante a improcedência da acção, uma vez que o interesse processual visa proteger o Réu e a improcedência da acção é mais favorável que a absolvição do Réu da instância. Assim, se elementos justificarem a improcedência da acção, o Réu deve ser absolvido do pedido.

Como se referiu supra a respeito do art. 449º, o interesse processual não é um pressuposto de conhecimento oficioso: recorde-se que **TEIXEIRA DE SOUSA** interpreta restritivamente o art. 495º, quanto ao conhecimento oficioso de excepções dilatórias inominadas [como esta que ora estudamos].

Conclui-se: não será de conhecimento oficioso a excepção dilatória inominada cujo preenchimento do pressuposto beneficie a parte passiva. É o caso do interesse processual.

**§4: ANÁLISE CASUÍSTICA.** Cumpramos apreciar a repercussão do interesse processual enquanto pressuposto processual em cada uma das acções intentadas pelo Autor:

- **Acções de condenação:**
  - Acções de condenação simples: o Autor pede a condenação do Réu no cumprimento de uma prestação exigível. Todo o credor tem interesse

em demandar para exigir o cumprimento e todo o devedor tem interesse em contradizer para discutir a existência/exigibilidade da prestação. Falta o interesse processual se outro meio mais adequado e económico estiver ao dispor do Autor [vg *acção executiva quando possua um título executivo*, art. 449º-2c) e 46º].

- Acções de condenação in futurum: o Autor pede a condenação do Réu no cumprimento de uma prestação ainda não vencida e, portanto, não exigível. Há interesse processual nos casos do art. 472º-2: *vg o Autor que pretenda obter o despejo de um prédio no momento em que findar o arrendamento ou quando a falta de título executivo na data do vencimento da prestação lhe cause grave prejuízo*. Não se confunde com o disposto no art. 449º-2b): caso em que também falta o interesse processual ao Autor, mas por ter instaurado uma acção para provocar o vencimento da obrigação.

- Acções de condenação in futurum por convolção: transformação de acções de condenação simples em acções de condenação in futurum por se verificar, na pendência dessas acções, que a obrigação ainda não está vencida [art. 662º-1 e 2a)] - para **TEIXEIRA DE SOUSA**, contra **CASTRO MENDES**, estes preceitos em nada se referem ao interesse processual, uma vez que o mesmo é exclusivamente aferido face ao objecto processual inicialmente definido pelo Autor.

- Acções inibitórias: o Autor requer a condenação do Réu, impondo a omissão de qualquer conduta futura deste que represente uma violação do direito daquele. Há interesse processual perante a ameaça de lesão do direito do Autor pelo Réu [vg *justo receio de vir a ser perturbado ou esbulhado na posse*, art. 1276º CC]. Não se confunde com as acções de condenação cujo objecto é uma prestação de non facere, uma vez que nelas o Autor requer o cumprimento imediato da conduta omissiva.



- **Acções constitutivas:**

- O Autor exerce um direito potestativo. Há interesse processual se o direito potestativo não puder ser exercido por um acto unilateral do Autor, mas apenas através de uma acção judicial [vg *instaurar uma acção de despejo ou de divórcio*]. Não há interesse processual se: o Autor *instaura uma acção de constituição de uma servidão legal de passagem contra um Réu que jamais se opôs a essa constituição*, vg.
- Falta o interesse processual se o efeito que o Autor puder realizar com a acção constitutiva já foi obtido por outro meio [vg *acção de anulação de um contrato já declarado nulo, e não na situação inversa*].
- Falta o interesse processual quando o meio judicial escolhido pelo Autor não for o adequado ao exercício do direito potestativo: art. 449º-2a).

- **Acções de simples apreciação:**

- Acções de simples apreciação autónomas e acções de simples apreciação positiva: o Autor pede a declaração da existência ou da inexistência de um direito ou de um facto. Há interesse processual quando há uma incerteza objectiva sobre a situação jurídica do Autor [vg *declaração do direito de propriedade do Autor sobre um imóvel que é reivindicado extrajudicialmente pelo Réu*].
  - Falta o interesse processual se o Autor pudesse intentar uma acção de condenação em vez de uma acção de simples apreciação, uma vez que estas são de instauração subsidiária face àquelas.
- Acções de simples apreciação negativa: o interesse processual resulta de o Réu imputar um dever ao Autor que é negado por este [vg *há interesse processual quando o Autor instaura uma acção pedindo que seja declarado que o Réu não é titular do direito de crédito que*

*afirma possuir contra aquele, devendo provar os factos impeditivos ou extintivos do direito alegado pelo Réu ou os factos dos quais o Autor retira a inexistência daquele direito]. A improcedência do pedido do Autor não implica, todavia, o reconhecimento da existência do direito do Réu [vg da improcedência de uma acção de reivindicação resulta que o Autor não é o proprietário, mas não que o Réu o seja, uma vez que o tribunal apenas poderá averiguar essa titularidade depois de deduzido um pedido reconvenicional].*

- Acções de apreciação incidental: o Autor ou o Réu pedem que determinada questão prejudicial alegada nessa acção seja apreciada com força de caso julgado material [art. 96º-2]. O interesse processual é aferido pela incerteza objectiva sobre a existência ou inexistência do direito - vg o Autor que pede o pagamento de uma indemnização por violação da propriedade pode pedir que o tribunal aprecie e declare essa titularidade com força de caso julgado material.
- **Providências cautelares:** requeridas se houver fundado receio de que o Réu cause lesão grave e dificilmente reparável ao direito do Autor, a fim de assegurar a efectividade do direito ameaçado [art. 381º-1]. Há interesse processual sempre que haja esse receio fundado.

## O OBJECTO DO PROCESSO E DA PROVA

### Constituição do Objecto do Processo

**§1: DISPONIBILIDADE E INQUISITORIEDADE.** Quanto à apresentação dos factos relevantes para a decisão do mérito da causa pode-se optar entre dois sistemas:

- **Disponibilidade privada:** em cumprimento de um ónus de alegação, as partes apresentam e alegam os factos relevantes para a decisão e apreciação da causa.

- Ónus de formular o pedido
- Ónus de indicar a causa de pedir: fundamentos e facto do pedido formulado.

O objecto do processo é constituído por dois elementos, sobre os quais as partes possuem completa disponibilidade: o pedido e a causa de pedir.

- **Inquisitorialidade judiciária**: os factos relevantes para a apreciação da acção podem ser investigados pelo tribunal e o objecto é delimitado exclusivamente através do pedido. Este regime excepcional constitui a regra nos processos de jurisdição voluntária [art. 1409º-2].

O direito positivo orienta-se pelo sistema da disponibilidade objectiva das partes [art. 664º, 2ª parte] e pela constituição dual do objecto do processo [causa de pedir e pedido], em termos que veremos infra §2.

**§2: PEDIDO E CAUSA DE PEDIR.** A identidade entre objectos processuais pressupõe a identidade da causa de pedir e do pedido [art. 498º-1]. Do mesmo modo, a petição inicial requer a exposição dessa causa de pedir e desse pedido [art. 467º-1d) e e) e 193º-2a)].

O tribunal, por seu lado, aprecia o pedido formulado apenas segundo a causa de pedir invocada pela parte [art. 664º, 2ª parte], pelo que não lhe é permitido apreciar factos não invocados ou deixar de se pronunciar sobre factos alegados [art. 668º-1d)].

Estas normas apontam para a importância do pedido e da causa de pedir, enquanto elementos constitutivos do objecto processual:

- **Pedido**: forma de tutela jurisdicional requerida para uma situação jurídica de direito material [vg *indenização pelo incumprimento ou realização da prestação em dívida*].
  - Apreciação da existência ou inexistência de um direito ou de um facto
  - Condenação na realização de uma prestação
  - Constituição, modificação ou extinção de uma situação jurídica
  - O objecto mediato do pedido é o quid material ao qual a situação jurídica se refere [vg *a quantia pretendida*].

- Identidade de pedidos: dois pedidos são idênticos quando os efeitos produzidos pela sua procedência sejam total ou parcialmente coincidentes [art. 498º-3], sob o prisma jurídico - *vg dois pedidos de condenação na realização de uma mesma prestação*.
- Se quando formula um pedido a parte requer uma certa tutela jurisdicional para uma determinada situação jurídica, tal pressupõe que a tutela jurisdicional seja possível e tenha relevância jurídica [*vg não é possível o pedido de cumprimento de uma conduta de ordem moral*].
- O pedido deve ser certo, referindo-se a um objecto individualizado e determinado, salvo situações em que seja possível a formulação de um pedido genérico [art. 471º-1] - *vg a parte não pode pedir a reivindicação de uma parcela de terreno sem indicar a sua área, sob pena de a falta de concretização do pedido o tornar ininteligível e implicar a ineptidão da petição inicial, art. 193º-2a*].
- **Causa de pedir:** factos necessários para individualizar a situação jurídica alegada pela parte e para fundamentar o pedido formulado para essa situação [*vg o incumprimento do contrato que fundamenta o pedido de indemnização ou de realização da prestação em dívida*].
  - É composta pelos factos constitutivos da situação jurídica invocada pela parte [i.e., os factos essenciais à procedência do pedido supra].
  - São essenciais os factos sem cuja verificação o pedido não pode ser julgado procedente.
  - Face à causa de pedir, duas formas de contestação podem ser utilizadas [art. 487º-1]:
    - Defesa por impugnação dos factos articulados: contradizendo-os ou afirmando que não podem produzir o efeito jurídico pretendido pelo Autor [art. 487º-2, 1ª parte].

- Defesa por excepção [peremptória]: alegação de factos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito invocado pela outra parte [art. 487º-2, 2ª parte].
- Face à repartição do ónus de alegação entre Autor e Réu, a procedência da acção depende da:
  - Verificação dos factos constitutivos da situação jurídica alegada pelo Autor [causa de pedir].
  - Verificação dos factos impeditivos, modificativos e extintivos daquela situação, invocados pelo Réu, ou impugnados por este.
- Conclui-se: nem todos os factos dos quais depende a procedência da acção integram a causa de pedir, mas apenas os factos constitutivos da situação subjectiva invocada pelo Autor.
  - Factos instrumentais: factos que indiciam esses factos essenciais [servem de prova indiciária].
- Os factos que constituem a causa de pedir devem preencher uma determinada previsão legal, subsumindo-se a uma norma jurídica, embora valham independentemente dessa qualificação. Com efeito, o tribunal está vinculado aos factos alegados pelas partes, mas não à qualificação jurídica por elas fornecida [art. 664º-1ª parte]. A atribuição de outra qualificação jurídica aos mesmos factos apresentados não representa, contudo, qualquer alteração da causa de pedir.
- A causa de pedir não se identifica com factos naturais: um único facto natural pode originar diversas causas de pedir [vg *a morte de uma pessoa*] e vários factos naturais podem constituir uma única causa de pedir. Nas acções reais, a causa de pedir é o facto de que deriva o direito real [aquisição originária ou derivada], e nas acções

constitutivas e de anulação, a causa de pedir é o facto concreto ou a nulidade específica invocada [art. 498º-4].

- As causas de pedir são distintas quando constituídas por factos ocorridos em momentos diferentes.

**§3: MODALIDADES DO PEDIDO.** O pedido pode ser:

- Pedido único
- Pedido múltiplo:
  - Cumulação objectiva:
    - Por uma parte
    - Por várias partes:
      - Litisconsórcio stricto sensu
      - Coligação
  - Concurso de objectos processuais
- Pedido certo: o objecto do pedido é uma prestação individualizada [reporta-se a um bem concreto] ou determinada [definida na sua espécie ou quantidade].
- Pedido genérico: refere-se a uma quantidade indeterminada [art. 471º-1].  
Fora das hipóteses elencadas no art., o pedido genérico não é admissível. Não se confunda este conceito com o de obrigações genéricas - *o pedido de entrega de mil litros de vinho, vg, embora corresponda a uma obrigação genérica, não é um pedido genérico em termos processuais.*
  - Universalidade:
    - De facto: *vg uma biblioteca*
    - De direito: *vg herança indivisa* [art. 2075º CC]
- Pedido total: abrange a totalidade do efeito ou da prestação.
- Pedido parcial: abrange apenas uma parcela do efeito ou da prestação.

- Pode indiciar desistência parcial do pedido [art. 293º-1] ou litigância de má fé [art. 456º-2d)].
- Pedido de prestação vincenda: a parte formula o pedido de condenação da contraparte numa prestação cujo cumprimento ainda não é exigível - condenação in futurum [arts. 4º-2b) e 472º].
  - Prestações periódicas [vg *venda a prestações*], nº 1.
  - Despejo de um prédio no momento em que findar o arrendamento, nº2, 1ª parte.
  - Falta de título executivo na data do vencimento da prestação que cause grave prejuízo ao credor, nº 2, 2ª parte e art. 46º.
  - Para além destas exceções à improcedência de acção de condenação in futurum, o legislador admite uma outra: a inexigibilidade de uma obrigação nunca obsta à condenação in futurum do devedor, desde que o Réu a conteste, nem obsta a que este seja condenado a satisfazer a prestação no momento próprio [art. 662º-1]. Se o Réu não contestar, é condenado a satisfazer a prestação, mas as custas do processo e os honorários do seu advogado são da responsabilidade do Autor [art. 662º-2a) e 3]. Conclui-se: a inexigibilidade da obrigação não constitui um impedimento à procedência da acção, embora o Réu só possa ser condenado in futurum.
  - Se o Autor requerer, ab initio, a condenação in futurum do Réu fora do âmbito do art. 472º, há falta de interesse processual e o Réu é absolvido da instância, conforme estudado supra [arts. 493º-2 e 288º-1e)].
  - Do mesmo modo, pode o Réu formular, em pedido reconventional, o pedido de condenação in futurum no cumprimento de prestação sinalagmática, independentemente da verificação dos pressupostos do art. 472º-2.

**§4: INADMISSIBILIDADE DO OBJECTO PROCESSUAL.** O objecto processual não se encontra devidamente constituído, nas seguintes situações:

- Se faltar, ou for totalmente ininteligível, a indicação da causa de pedir ou do pedido: art. 193º-2a) - ineptidão da petição inicial e nulidade de todo o processo. Exemplos:
  - Falta da indicação da causa de pedir: *o Autor limita-se a afirmar que é condómino do prédio reivindicado, sem invocar qualquer facto jurídico de onde provenha o direito de propriedade, vg.*
  - Inexistência do pedido:
    - Falta de afirmação da situação jurídica para a qual se pretende a tutela jurisdicional: *o Autor invoca, como causa de pedir, o incumprimento contratual, mas não esclarece se, fundamentado nesse incumprimento, pretende uma indemnização ou a realização da prestação em dívida, vg.*
    - A parte invoca a situação jurídica a tutelar, mas não requer qualquer tutela jurisdicional para a mesma: *o Autor alega ser titular de um direito de propriedade sobre um imóvel ocupado pelo Réu, mas não indica se deseja a mera apreciação ou a condenação, vg.*
- Incongruência entre a causa de pedir alegada e o pedido formulado e incompatibilidade entre ambos: art. 193º-2b) - ineptidão da petição inicial e nulidade de todo o processo.

A ineptidão da petição inicial acarreta a nulidade de todo o processo [art. 193º-1] e pode ser conhecida oficiosamente pelo tribunal [quando insanável, art. 202º] ou a requerimento dos interessados, até à contestação [art. 204º-1]. A nulidade do processo constitui uma excepção dilatória nominada [art. 494ºb)], que conduz à absolvição do Réu da instância [art. 493º-2 e 288º-1b)] e deve ser apreciada no despacho saneador, se antes o juiz não as tiver apreciado em despacho ad hoc. Se não houver despacho saneador, pode ser conhecida até à sentença final [art. 206º-2].



A sanção da ineptidão da petição inicial é possível se, tendo o Réu contestado e qualificado a petição inicial de inepta por falta ou ininteligibilidade da causa de pedir ou do pedido, se verificar, depois de ouvido o Autor, que o Réu interpretou convenientemente a petição inicial [art. 193º-3].

## Relações entre Objectos Processuais

**§1: RELAÇÕES DE IDENTIDADE.** As relações de identidade entre objectos processuais podem ser de dois tipos:

- Identidade total: os objectos coincidem completamente na causa de pedir alegada e no pedido formulado. Acrescida de identidade das partes, esta identidade conforma as excepções de:
  - Litispendência: as acções estão pendentes simultaneamente [arts. 497º-1 e 498º-1].
  - Caso julgado: a pendência das acções verifica-se em momentos distintos [arts. 497º-1 e 498º-1].
- Identidade parcial: pode original situações de inclusão ou de prejudicialidade entre os objectos que coincidem parcialmente.
  - Inclusão: o objecto de uma acção posterior inclui-se no âmbito do objecto de uma acção anterior - justifica a arguição da excepção de litispendência ou de caso julgado no processo posterior [arts. 497º-1 e 498º-1]. Exemplo: *se, estando pendente uma acção de reivindicação, o Autor propõe contra o mesmo Réu uma acção de apreciação da propriedade do imóvel reivindicado, a acção de reivindicação consome esta última, podendo ser arguida a excepção da litispendência [arts. 499º-1 e 494º i)].*
  - Prejudicialidade: o julgamento de um objecto processual depende da apreciação de um outro objecto - apesar da identidade parcial entre objectos, não opera a excepção da litispendência. Exemplo: *se, estando pendente uma acção de apreciação da propriedade de um imóvel, o mesmo Autor instaurar contra o mesmo Réu uma acção de reivindicação do mesmo imóvel, porque este o ocupou, aquela acção de mera apreciação é prejudicial perante esta.*

- Homogénea: verifica-se apenas entre objectos do âmbito do processo civil [vg *acção de apreciação do direito de propriedade sobre um imóvel é prejudicial perante a acção de indemnização pela ocupação do mesmo imóvel*].
- Heterogénea: verifica-se entre um objecto do domínio do processo civil e outro de âmbito diverso [vg *entre objecto processual civil e objecto do processo penal*] - art. 97º.
- Entre objectos de acções autónomas: o tribunal pode ordenar a suspensão da instância e aguardar a decisão da acção relativa ao objecto prejudicial [art. 279º-1].
- Entre objectos diferenciáveis de um mesmo processo: alegados numa mesma acção, mas que podem ser apreciados em processos separados - o juiz autonomiza do objecto a questão prejudicial penal ou administrativa e remete as partes para o tribunal competente [art. 97º].

**§2: RELAÇÕES DE CONCURSO.** Verifica-se uma relação de concurso entre vários objectos processuais quando todos eles se referem a um mesmo efeito jurídico [vg *dois direitos potestativos que, embora com fundamentos distintos, permitem a anulação de um mesmo acto jurídico*].

- O concurso de objectos processuais pode verificar-se quanto a qualquer direito subjectivo - invocação de dois ou mais direitos subjectivos referidos ao mesmo efeito jurídico [vg *a dissolução do casamento por divórcio fundamentada na violação de deveres conjugais e na separação de facto - o divórcio será decretado se for procedente qualquer desses fundamentos*].
- O concurso objectivo pode conter uma pluralidade de causas de pedir e de pedidos.
- A generalidade da doutrina identifica o concurso de objectos processuais como uma relação de alternatividade entre objectos. TEIXEIRA DE SOUSA

formula algumas reservas a este entendimento: nem todo o concurso de objectos pode ser reconduzido a uma alternatividade entre esses objectos. Nem todas as pretensões são autónomas entre si, pelo que não podem ser consideradas alternativas.

- Por esse motivo, **TEIXEIRA DE SOUSA** propõe antes a designação de concurso de títulos de aquisição da prestação para as situações em que entre as prestações concorrentes não se estabelece uma relação de alternatividade. Esse concurso pode ser extintivo ou constitutivo.
- A falta de qualquer previsão legal específica não pode ser invocada contra a admissibilidade do concurso entre objectos processuais, face à função instrumental do processo civil perante o direito material.

**§3: RELAÇÕES DE CUMULAÇÃO.** A cumulação objectiva verifica-se quando num mesmo processo são apresentados vários objectos processuais referidos a efeitos jurídicos distintos. Distinguem-se das hipóteses de concurso de objectos processuais, supra §2, na medida em que os efeitos jurídicos são diferenciados.

- Cumulação objectiva inicial: verifica-se desde o começo da instância - é aquela que é apresentada pelo Autor na petição inicial da acção [cfr. infra].
- Cumulação objectiva sucessiva: constitui-se durante a pendência da causa - ao objecto inicial da causa cumula-se qualquer outro objecto, por iniciativa do Autor ou do Réu [cfr. infra].
- Os pressupostos processuais são aferidos para cada um dos objectos cumulados, pelo que a cumulação pode desfazer-se pela absolvição da instância quanto a um dos objectos.
- A cumulação objectiva exige a competência absoluta do tribunal para apreciar todos os objectos cumulados [arts. 470º-1 e 31º-1].

## Cumulação Objectiva Inicial

**§1: CUMULAÇÃO OBJECTIVA INICIAL.** Na cumulação simples, o Autor requer a procedência simultânea de todos os pedidos cumulados e a produção de todos os seus efeitos [art. 470º-1] - *vg Autor que instaura uma acção pedindo a entrega de uma máquina de fotocópias e o pagamento de uma indemnização pela mora; se a acção for julgada totalmente procedente, o Réu deve realizar ambas as prestações.*

A cumulação objectiva é, em princípio, uma faculdade que assiste à parte. Em algumas situações, contudo, existe um ónus de formular um determinado pedido, em cumulação com um outro apresentado pela mesma ou por outra parte [*vg impugnação de factos registados implica que seja pedido o seu cancelamento ou rectificação*].

- Valor da causa: cumulando-se vários pedidos, o seu valor é a quantia correspondente à soma dos valores de todos eles [art. 306º-2]. Caso cada um dos pedidos não represente uma diferente utilidade económica, a cumulação é meramente aparente [*vg a acção de reivindicação em que se pede o reconhecimento da propriedade e a restituição da coisa, art. 1311º-1 CC, ou a resolução do contrato de arrendamento com o pedido de despejo do imóvel arrendado*].
- Pressupostos processuais:
  - Cumulação não excluída por lei: sob pena de o tribunal ordenar a separação dos vários objectos por processos distintos.
  - Compatibilidade processual entre os objectos cumulados:
    - Competência absoluta do tribunal para todos os objectos apresentados - material, hierárquica e internacionalmente competente [art. 470º-1 e 31º-1].
    - Identidade de formas processuais para aqueles objectos [*será inadmissível se um dos objectos corresponder ao processo comum e outro ao processo especial, vg*] - art.

470º-1 e 31º-2. Consequência: art. 193º-2c), ineptidão da petição inicial e nulidade de todo o processo [art. 494ºb)].

- Compatibilidade substantiva entre os objectos cumulados [art. 470º-1]: a cumulação não é possível se os efeitos resultantes de um objecto forem incompatíveis com os efeitos provenientes de outro [vg *cumulação de pedido de apreciação de propriedade, plena, e de reconhecimento do usufruto*].

**§2: CUMULAÇÃO ALTERNATIVA.** Na cumulação alternativa, a parte requer a procedência de todos os objectos cumulados, mas pretende obter apenas, segundo a escolha do Réu, os efeitos de um desses objectos [art. 468º] - vg *condenação do Réu na entrega de um quadro ou de uma jóia; sendo a acção julgada procedente, deve o Réu realizar uma das prestações a que foi condenado*.

- Valor da causa: atende-se apenas ao pedido de maior valor, uma vez que o Autor pretende a procedência de todos os objectos formulados, embora só possa obter os efeitos correspondentes a um deles [art. 306º-3, 1ª parte].
- Pressupostos processuais:
  - Os pedidos formulados têm que poder ser apresentados em alternativa, sob uma perspectiva substantiva [art. 468º-1]:
    - Por natureza ou origem [vg *obrigações alternativas, art. 543º CC*].
    - Que possam resolver-se em alternativa

**§3: CUMULAÇÃO SUBSIDIÁRIA.** Na cumulação subsidiária, o Autor requer a procedência do objecto principal e, subsidiariamente, a de um outro [o objecto subsidiário, art. 469º-1]. O objecto que é formulado subsidiariamente só é apreciado se se verificar a procedência ou a improcedência do objecto principal. Modalidades:

- Cumulação subsidiária própria: o objecto subsidiário é formulado para o caso de o objecto principal não proceder [art. 469º-1] - vg *Autor que intenta uma*

*acção de reivindicação da propriedade de um imóvel e, subsidiariamente, pede o reconhecimento do seu direito de usufruto sobre o mesmo imóvel.*

- Valor da causa: o valor do objecto principal [art. 306º-3, 2ª parte].
- Cumulação subsidiária imprópria: a apreciação do objecto subsidiário é requerida apenas no caso de o objecto principal ser procedente [art. 306º-2, 2ª parte, implicitamente] - *vg Autor pede a condenação do devedor no cumprimento da prestação em dívida e requer, subsidiariamente, a sua condenação na sanção pecuniária imposta por cada dia de atraso.* Esta situação configura uma relação de prejudicialidade [cfr. supra], uma vez que este tipo de cumulação decorre da formulação simultânea de um objecto prejudicial e de outro dependente.
  - Valor da causa: soma dos valores de cada um dos objectos cumulados, no caso de o tribunal julgar procedente o objecto principal e o objecto subsidiário [art. 306º-2, 1ª parte, aplicável por analogia].
- Pressupostos processuais da cumulação subsidiária:
  - Os objectos podem ser contraditórios entre si [art. 469º-2, 1ª parte] - para **TEIXEIRA DE SOUSA**, essa inexistência de conexão é meramente aparente, uma vez que tal pode ser inconveniente para a sua instrução, discussão e julgamento.
  - O art. 469º-2 remete implicitamente para os pressupostos da coligação:
    - Competência absoluta do tribunal - material, hierárquica e internacionalmente competente [art. 469º-2, 2ª parte e 31º-1]
    - Compatibilidade processual [art. 469º-2, 2ª parte e 31º-2]: exclui-se a cumulação de objecto que corresponda ao processo comum com objecto a que corresponda processo especial.

### Cumulação Objectiva Sucessiva

**§1: NOÇÃO.** A cumulação sucessiva é aquela em que ao objecto inicial da acção é cumulado, por uma das partes um outro objecto. Inclui, por isso, todas as situações em que, durante a pendência de uma acção, se vem a verificar uma pluralidade de objectos processuais.

**§2: QUANTO ÀS PARTES.** A cumulação objectiva sucessiva pode ser da iniciativa da parte activa ou da parte passiva.

- Cumulação sucessiva stricto sensu:
  - Por iniciativa do Autor: invoca, a par do objecto inicial, um outro objecto concorrente.
  - Por iniciativa do Réu: alega uma excepção peremptória ou deduz um pedido reconvenicional, implicando, em ambos os casos, a apresentação de um objecto distinto daquele que foi inicialmente invocado pelo Autor.
    - Excepção peremptória: *se o Autor pretender obter a condenação do Réu no cumprimento de uma determinada prestação, o Réu pode invocar que o contrato é anulável, vg - excepção peremptória impeditiva que implica a alegação de um objecto que, sem essa invocação, não seria apreciado na causa.*
    - Pedido reconvenicional: *o Réu deduz, em pedido reconvenicional, a condenação do Autor no pagamento da prestação sinalagmática que este pretende, vg - o pedido reconvenicional torna necessário apreciar um objecto diferente daquele que é invocado pelo Autor.*



- Não se confunda com a modificação do objecto do processo: aqui não há qualquer substituição de um objecto por outro [permanecendo um único objecto], mas sim a apresentação de um novo objecto, a par do objecto inicial [determinando a pendência de vários objectos].
- Pressupostos processuais:
  - Conexão entre o objecto inicial e o objecto cumulado:
    - Cumulação por iniciativa do Autor: há conexão quando é invocado um objecto concorrente com o objecto inicial.
    - Cumulação por iniciativa do Réu:
      - Excepção peremptória: a conexão é aferida pelo carácter impeditivo, modificativo ou extintivo do facto alegado em relação ao efeito pretendido pela contraparte. Consequência: improcedência da excepção peremptória.
      - Pedido reconvenicional: a conexão é aferida em relação ao art. 274º-2. Consequência: a reconvenção é inadmissível - excepção dilatória inominada que absolve o Réu da reconvenção [o Autor] da instância reconvenicional [art. 288º-1e)].

**§3: CUMULAÇÃO SUCESSIVA STRICTO SENSU.** A superveniência de determinados factos pode determinar a cumulação sucessiva:

- Superveniência objectiva: ocorrência de determinados factos após o momento normal da sua invocação em juízo [art. 506º-2, 1ª parte].
- Superveniência subjectiva: conhecimento pela parte, após o momento normal da invocação em juízo, de factos já ocorridos [art. 506º-2, 2ª parte].
- À invocação dos factos supervenientes não são aplicáveis as normas respeitantes à alteração da causa de pedir, segundo TEIXEIRA DE SOUSA,

contra **CASTRO MENDES** [arts. 272º e 273º], na medida em que este regime é mais restritivo do que aquele.

- Pressupostos:
  - A cumulação de um novo objecto baseado em factos supervenientes [que ocorreram ou que foram conhecidos posteriormente à apresentação do articulado da parte] é sempre admissível até ao encerramento da fase de discussão e julgamento [arts. 506º-1 e 646º ss].
  - Se os factos não forem supervenientes, a cumulação sucessiva stricto sensu só é admissível nas condições de alteração do pedido ou da causa de pedir [arts. 272º e 273º], por analogia:
    - Admissível em qualquer momento: em 1ª ou 2ª instância, salvo se perturbar inconvenientemente a instrução, discussão e julgamento do pleito [art. 272º].
    - Admissível na réplica [articulado do Autor], pelo que o Réu tem que ter invocado uma excepção ou deduzido um pedido reconvenicional na contestação. O objecto cumulado tem que apresentar uma certa conexão com essa excepção ou reconvenção [art. 273º-1]. Exemplo: *o Autor pede uma indemnização pelo incumprimento de uma prestação contratual; o Réu invoca a anulabilidade do contrato [excepção peremptória impeditiva], pelo que o Autor pode pedir subsidiariamente que, se essa excepção for considerada procedente, o Réu seja condenado a indemnizar o interesse contratual negativo.*
    - Exige todos os pressupostos requeridos para a cumulação inicial, supra.
- O regime previsto no art. 275º-1, quanto à apensação de acções no caso em que é admissível a coligação, pode ser aplicado analogicamente às hipóteses de mera cumulação objectiva.

**§4: DEFESA POR EXCEPÇÃO PEREMPTÓRIA.** A defesa por excepção peremptória consiste na invocação pelo Réu de um objecto cuja procedência obsta à produção dos efeitos decorrentes do objecto definido pelo Autor. Determina a absolvição, total ou parcial, do pedido [arts. 493º-3 e 487º-2, 2ª parte].

A dedução desta excepção implica uma cumulação objectiva sucessiva, na medida em que o Réu delimita um objecto distinto daquele que é alegado pelo Autor.

Enquanto que na defesa por impugnação o Réu contradiz os factos articulados pelo Autor ou nega que deles possa decorrer o efeito jurídico pretendido por essa parte [art. 487º-2, 1ª parte], na defesa por excepção peremptória o Réu não impugna a veracidade dos factos alegados pelo Autor nem a sua adequação aos efeitos pretendidos por este, mas antes invoca outros factos que constituem uma causa impeditiva, modificativa ou extintiva do direito invocado pelo Autor [art. 487º-2, 2ª parte]. A excepção peremptória é incompatível e subsidiária da defesa por impugnação, e vice versa.

Se o Autor fundamentar o seu pedido com referência a uma norma jurídica, a excepção peremptória é constituída por factos subsumíveis a uma contranorma.

Tal como sucede quanto ao objecto definido pelo Autor, a excepção peremptória está subordinada ao princípio da disponibilidade das partes: o tribunal não pode extrair dos factos apresentados pelo Autor qualquer excepção peremptória, antes cabendo ao Réu requerer, com base nesses factos, a absolvição do pedido [salvo conhecimento oficioso, art. 496º].

Distinguem-se das excepções dilatórias, na medida em que são excepções materiais, e não processuais, e porque determinam a absolvição do Réu do pedido, e não da instância [art. 493º-2, 2ª parte]. Face a esta concepção, **ANTUNES VARELA** exclui deste âmbito as excepções materiais dilatórias: aquelas que apenas constituem causa de recusa do cumprimento da prestação, pelo facto de o direito invocado pelo Autor não existir ou não ser exercitável na pendência da acção, e não fundamentam a não condenação do Réu [*vg não verificação da condição suspensiva, excepção do não cumprimento ou o direito de retenção*]. As excepções materiais dilatórias apenas determinariam uma improcedência temporária da acção, diferindo a procedência da causa para momento posterior.

Contra este entendimento, **TEIXEIRA DE SOUSA** propõe a qualificação dessas exceções em exceções peremptórias modificativas, infra, uma vez que, ao implicarem uma modificação do objecto da acção, determinam, de forma implícita, a improcedência do pedido originário. Do mesmo modo, o art. 673º [alcance do caso julgado da sentença] não se refere a essa hipótese em que o Réu invoca uma exceção modificativa, mas sim às hipóteses em que o próprio Autor alega, na petição inicial, a verificação de uma condição suspensiva, o decurso de certo prazo ou a prática de certo facto [art. 673º].

Quanto aos efeitos sobre o objecto apresentado pelo Autor, as exceções peremptórias podem ser:

- **Impeditivas:**

- Obstat ao preenchimento de uma previsão legal, impedindo a produção de uma consequência jurídica.
- Exemplos: *nulidade do negócio jurídico, vícios da vontade e da declaração e incapacidade accidental, vg.*

- **Extintivas:**

- Destroem as consequências jurídicas decorrentes do preenchimento de determinada previsão legal
- Exemplos:
  - Extinção da accionabilidade do direito alegado pelo Autor: *verificação de uma condição resolutiva, prescrição e caducidade, vg.*
  - Extinção do próprio direito do Autor: *cumprimento, dação em cumprimento, compensação, consignação em depósito, novação, remissão e confissão, vg [todas as causas de extinção de obrigações].*

- **Modificativas:**

- Determinam uma modificação do objecto invocado pelo Autor, passando a ser outro depois da sua invocação pelo Réu. Deve ser considerada como uma modificação proprio sensu, pelo que deverá

ser conjugada com a modificação consensual do pedido e da causa de pedir [art. 272º] e com a modificação pelo Autor, na réplica, do pedido e da causa de pedir [art. 273º].

- Exemplos: excepções materiais dilatórias [vg *excepção do não cumprimento do contrato e condição suspensiva*] e modificação do contrato com fundamento em alteração anormal das circunstâncias.
- A dedução de excepção peremptória não implica qualquer alteração do valor da causa.

O Réu que alega uma excepção peremptória invoca um objecto distinto daquele que é apresentado pela parte activa, pelo que se justifica o preenchimento dos respectivos pressupostos processuais: com efeito, o tribunal competente para a acção é também competente para conhecer das questões que o Réu suscite como meio de defesa [art. 96º-1].

A alegação de excepção peremptória permite que o Autor conteste a matéria da excepção num articulado próprio: a réplica [art. 502º-1] - o Autor pode responder na réplica somente quanto à matéria da excepção peremptória deduzida. A não contestação da excepção pelo Autor produz a admissão, por acordo, dos respectivos factos, nos termos do art. 490º-2 [art. 505º]. Teoricamente, nada impede que o Autor oponha uma contra-excepção à excepção invocada pelo Réu, caso em que se admite tréplica do Réu [art. 503º-1], por aplicação analógica do art. 502º-1 [TEIXEIRA DE SOUSA].

**§5: PEDIDO RECONVENCIONAL.** A reconvenção consiste na formulação pelo Réu de um pedido, distinto do pedido normal de defesa [a absolvição do pedido], cuja procedência é requerida contra o Autor [art. 274º-1 e 501º-1]. Exemplo: *o Autor propõe uma acção de entrega de um imóvel, num contrato de compra e venda, e o Réu deduz um pedido reconvenicional do pagamento do preço da venda*. Justifica-se por razões de economia processual, quando haja conexão com o objecto apresentado pelo Autor ou a defesa deduzida pelo Réu [art. 274º-2a)].

- **Réu:** Autor do pedido reconvenicional - **reconvinte**
- **Autor:** Réu do pedido reconvenicional - **reconvindo**

Enquanto a dedução de excepção peremptória produz um efeito circunscrito à improcedência da acção, aqui, o Réu visa obter [como qualquer Autor] um efeito positivo: a condenação da contraparte. Por outro lado, enquanto que a excepção se circunscreve ainda à área temática do objecto apresentado pelo Autor, a reconvenção implica a apreciação de um objecto autónomo e independente. Por isso, a formulação de um pedido reconvenicional distinto daquele deduzido pelo Autor implica a soma do seu valor ao valor inicial da causa, ao contrário da excepção peremptória [supra, §4], art. 308º-2. Finalmente, a excepção peremptória é um ónus, a ser deduzida na contestação [art. 489º-1], ficando precluída a sua invocação em momento posterior ou em acção autónoma [art. 489º-2], a formulação de um pedido reconvenicional é uma faculdade, um mero poder, que só preclui no caso de a procedência da acção ser incompatível com a eventual procedência da reconvenção.

- Pressupostos processuais:
  - É um pedido autónomo do Réu [reconvinte] contra o Autor [reconvindo], pelo que requer o preenchimento de todos os pressupostos processuais exigidos para a generalidade das acções [deve ser equiparado a uma petição inicial, art. 467º]:
    - Competência
    - Personalidade judiciária
    - Capacidade judiciária
    - Representação judiciária
    - Patrocínio judiciário
    - Legitimidade
    - Interesse processual: falta interesse processual quando o efeito pretendido através do pedido reconvenicional coincide com aquele que resulta da improcedência da acção [cfr. supra] - *vg se o Réu utilizar a reconvenção para obter a declaração da inexistência do direito de crédito alegado pelo Autor, porque tal efeito decorre necessariamente da improcedência da causa.*

- **Conexão com o objecto definido pelo Autor [reconvindo]** - há conexão objectiva quando [art. 274º-2]:

- a) O pedido do Réu emerge do facto jurídico que serve de fundamento:

- **À acção** [causa de pedir invocada pelo Autor]: *vg o Autor instaura uma acção pedindo o cumprimento de uma prestação contratual e o Réu pede a condenação do Autor a realizar a prestação sinalagmática do mesmo contrato.*
- **À defesa** [fundamento da contestação do Réu]: *vg o Autor pede a condenação do Réu na realização de uma prestação contratual e o Réu invoca a nulidade do contrato, pedindo a restituição do que prestou [art. 289º CC].*

- b) O Réu se propõe:

- **Obter a compensação:** *vg quando o pedido reconvenicional visa conseguir a compensação do crédito do Autor sobre o Réu com um contracrédito do Réu sobre o Autor, art. 847º CC. Quanto à forma processual de dedução da compensação, cfr. infra.*
- **Tornar efectivo o direito a benfeitorias ou despesas relativas à coisa cuja entrega lhe é pedida:** *vg o Autor propõe uma acção de reivindicação de um predito e o Réu pede o pagamento das benfeitorias realizadas no prédio reivindicado [art. 1273º CC].*

*Nota: no caso das alíneas a) e b), há impossibilidade superveniente da lide reconvenicional quando essa reconvenção não chegar a ser apreciada em virtude de não se verificar a procedência ou a improcedência da acção de que depende.*

- c) O pedido do Réu tende a conseguir, em seu benefício, o mesmo efeito jurídico que o Autor se propõe obter: *vg o Autor instaura uma acção de divórcio e o Réu pede o decretamento do divórcio a seu favor, por violação de deveres conjugais; ou o Autor instaura uma acção de reivindicação de um imóvel e o Réu deduz um pedido de reivindicação do mesmo imóvel, considerando-se ele o verdadeiro proprietário.*

*Nota 2: quanto à alínea b) do art. 274º-2, relativamente à compensação, confrontam-se duas teses sobre a forma processual de dedução dessa compensação:*

- *Tese da compensação-excepção: a reconvenção só deve ser utilizada para obter a condenação do Autor quanto ao excesso do crédito do Réu [VAZ SERRA] - se o contracrédito do Réu for do mesmo montante ou de montante inferior ao crédito do Autor, o Réu deverá limitar-se a invocar a compensação como uma excepção peremptória extintiva da obrigação. Não implica alteração do valor da causa.*
- *Tese da compensação-reconvenção: a compensação deve ser sempre deduzida por via de reconvenção, qualquer que seja o montante relativo do contracrédito perante o crédito do Autor [ANTUNES VARELA e TEIXEIRA DE SOUSA] - implica alteração do valor da causa.*

Se faltar essa conexão objectiva, a excepção dilatória determina a absolvição do reconvindo [Autor] da instância reconvenicional [art. 493º-2, 1ª parte].

- **Compatibilidade processual com o objecto apresentado pelo Autor:**
  - **Competência absoluta do tribunal** [art. 98º]: material, hierárquica e internacionalmente, sob pena de o reconvindo [o Autor] ser absolvido da instância [nº 1 e 288º-1a)]. Face à alteração do valor da causa [art. 308º-2 e 501º-2], se o tribunal deixar de ser competente em razão do valor, cabe



remessa oficiosa [nº 2]. A eventual alteração do valor da causa só produz efeitos nos actos posteriores à reconvenção [art. 308º-2, 2ª parte].

- **Identidade de formas de processo:** art. 274º-3 - o pedido reconvençional não é admissível se a um dos objectos corresponder processo comum e ao outro processo especial, sob pena de absolvição do reconvindo da instância reconvençional.

À reconvenção é aplicável todo o regime do objecto processual:

- Quando conjugada com a defesa por excepção peremptória, pode ser formulada em regime de:
  - **Cumulação simples:** se a procedência de ambos os objectos for compatível - vg *Autor propõe uma acção pedindo o cumprimento de um contrato e o Réu excepçiona o dolo e pede, cumulativamente, o pagamento de uma indemnização pelos prejuízos sofridos.*
  - **Cumulação subsidiária:** se a procedência de ambos os objectos for incompatível - vg *o Autor propõe uma acção pedindo a condenação do Réu na realização de uma prestação contratual e este invoca a nulidade do contrato e, subsidiariamente, pede o cumprimento da respectiva contraprestação.*
- A reconvenção deve ser deduzida separadamente na contestação [art. 501º-1]. Não depende, contudo, da contestação [defesa por impugnação ou excepção], uma vez que a procedência da reconvenção pode depender da procedência da acção:
  - Se houver contestação: a reconvenção deve ser deduzida separadamente nesse articulado.
  - Se não houver contestação: a reconvenção deve ser apresentada no prazo determinado para a contestação.
    - Processo ordinário: 30 dias [art. 486º-1]

- Processo sumário: 20 dias [art. 783º]
- Processo sumaríssimo: 15 dias [art. 794º-1]

Para garantir a observância do contraditório, a dedução da reconvenção implica a possibilidade de resposta do Autor em qualquer das formas do processo comum:

- Processo ordinário: 15 dias para apresentação da réplica [art. 502º-1, 2ª parte]
- Processo sumário: 20 dias para resposta [art. 786º e 463º-1]
- Processo sumaríssimo: não está previsto nenhum articulado de resposta do Autor [reconvindo] à reconvenção do Réu [reconvinte], pelo que se deve integrar esta lacuna com base no princípio do contraditório [art. 3º-1], segundo **TEIXEIRA DE SOUSA** [art. 464º].

Se o Autor deduzir, na réplica, alguma excepção, pode o Réu responder por meio de tréplica, defendendo-se contra a excepção [art. 503º-1], no prazo de 15 dias.

À reconvenção deduzida pelo Réu não pode o Autor, contudo, opor outra reconvenção [art. 502º-1, 2ª parte] - brocardo reconventio reconventionis non admittitur.

O pedido reconvenicional não é afectado pela desistência pelo Autor do pedido formulado, excepto se a reconvenção for dependente da procedência desse mesmo pedido [art. 296º-2]. O mesmo se diga quanto à desistência da instância, que requer a prévia aceitação do Réu [art. 296º-1]. Quanto à dependência da reconvenção:

- Reconvenção dependente da procedência do pedido: *vg Autor desiste do pedido de reivindicação da coisa, logo, não se mantém o pedido do Réu relativamente ao pagamento das benfeitorias, art. 274º-2b).*
- Reconvenção independente da procedência do pedido: *vg Autor desiste do pedido de reivindicação da coisa, mantendo-se o pedido do Réu relativamente à reivindicação da mesma coisa, art. 274º-2c).*

A configuração normal da reconvenção é aquela que é deduzida pelo Réu contra o Autor [art. 274º-1]. Outra hipótese deve ser tida em conta, nesta sede:

- **Reconvenção interveniente:** reconvenção acompanhada pela intervenção principal de um terceiro na acção pendente e que está sujeita aos pressupostos dessa cumulação subjectiva.
  - A reconvenção interveniente pode ser deduzida pelo Réu contra:
    - O Autor da acção [reconvindo] e um terceiro, cuja intervenção no processo é provocada pelo Réu [reconvinte], art. 326º. Exemplo: *o Autor propõe uma acção de reivindicação de um imóvel e o Réu, considerando-se proprietário do mesmo imóvel, deduz um pedido reconvenicional de reivindicação e provocando a intervenção do cônjuge do Autor [art. 28º-A e 326º].*
    - O terceiro apenas: *o Réu demanda a companhia de seguros para o pagamento de uma indemnização relativamente a um acidente de viação, vg.*
    - O Autor apenas, conjuntamente pelo Réu e por um terceiro: *o Autor reivindica do Réu um imóvel e este, julgando-se comproprietário do mesmo, provoca a intervenção do outro comproprietário [terceiro] para que juntos deduzam um pedido reconvenicional de reivindicação, vg.*

**§6: APRECIACÃO E RECONVENÇÃO INCIDENTAL.** A apreciação/reconvenção incidental é o pedido do Autor/Réu, respectivamente para que, sobre uma questão incidental ou uma excepção, recaia uma decisão com valor de caso julgado material [art.96º-2]. A força de caso julgado material permite atribuir eficácia vinculativa dentro e fora do respectivo processo [art. 671º-1].

- **Apreciação incidental, pelo Autor** - Exemplo: *se o Réu falecer durante a pendência da causa, vindo a ser substituído pelos seus herdeiros, o Autor pode pedir que o respectivo incidente de habilitação [i.e., a substituição da parte falecida na pendência da causa, art. 371º-1] seja decidido por uma*

*sentença com valor de caso julgado material, com eficácia vinculativa dentro e fora do processo.*

- **Reconvenção incidental, pelo Réu** - Exemplo: *o Réu requer que a excepção de nulidade ou de anulabilidade que opõe ao pedido de cumprimento formulado pelo Autor seja apreciada com força de caso julgado material.*

A força de caso julgado material atribuída à apreciação ou à reconvenção incidental permite a prevenção de futuros conflitos ou litígios entre as partes, uma vez que resolve definitivamente uma determinada questão.

- Pressupostos processuais [art. 96º-2], sob pena de inadmissibilidade:
  - Pode ser requerida por qualquer das partes.
  - Competência absoluta do tribunal: material, hierárquica e internacionalmente.
  - Todos os pressupostos processuais relativos ao respectivo objecto.

Equivale a uma ampliação do objecto, pelo que deve ser-lhe aplicado, por analogia, o regime previsto no art. 273º-2 [alteração ou ampliação do pedido na réplica]. A apreciação incidental pode ser requerida por acordo das partes em qualquer momento da acção em 1ª ou em 2ª instância [art. 272º, por analogia].

O respeito pelo contraditório impõe, nos termos gerais [art. 3º-1] a audição da contraparte, quando a parte haja requerido a apreciação incidental.

Se se referir a um interesse económico distinto do objecto da acção, cabe aplicação analógica do disposto no art. 308º-2, quanto ao valor da causa.

Quid iuris se o Autor desistir do pedido [art. 293º-1, 1ª parte] ou o Réu desistir do pedido reconvenicional? Considera-se que essa desistência abrange a apreciação incidental quando recaia sobre o mesmo objecto. A reconvenção incidental mantém-se se não for dependente da procedência do pedido formulado pelo Autor, uma vez que mantém uma utilidade específica e permanece pendente [art. 296º-2].

**S7: MODIFICAÇÃO DO OBJECTO PROCESSUAL.** A modificação do objecto da acção consiste na substituição do objecto inicial de um processo por outro objecto. Ao contrário da

cumulação sucessiva [em que vários objectos permanecem simultaneamente pendentes], na modificação objectiva o processo continua a possuir um único objecto.

A sua admissibilidade constitui uma excepção ao princípio da estabilidade da instância [arts. 268º e 481º b)], uma vez que reflecte a disponibilidade das partes sobre o objecto do processo. O objecto é livremente modificado até à citação do Réu [art. 481º b)], uma vez que essa citação torna estáveis os elementos objectivos e subjectivos da causa.

Modalidades de modificação do objecto do processo:

- **Modificação qualitativa:** alteração do objecto na sua própria identidade, pelo que o objecto inicial e o objecto modificado constituem dois objectos distintos.
  - Extinguem-se os efeitos da pendência do objecto anterior e produzem-se novos efeitos relativos ao objecto modificado.
  - Requer a compatibilidade processual entre o objecto inicial e o objecto modificado.
- **Modificação quantitativa:** redução ou ampliação do objecto, que permanece idêntico quanto à sua identidade.
  - A causa de pedir e o pedido são ainda aqueles que foram inicialmente apresentados ou formulados.
  - Mantêm-se, quanto a esse objecto, os efeitos decorrentes da pendência da acção.

Qualquer um dos elementos essenciais do objecto pode ser modificado:

- **Modificação do pedido:**
  - Substituição do pedido formulado por um novo pedido.
  - **Modificação qualitativa do pedido:** o Autor substitui a situação jurídica invocada ou o objecto a que se refere [vg *alteração do pedido de reconhecimento da propriedade de um prédio para reconhecimento do usufruto do mesmo prédio*].
  - **Modificação quantitativa do pedido:**

- **Ampliação do pedido:** maior quantificação do pedido [vg *alteração da indemnização de €5.000 para €10.000, invocando a desvalorização monetária - art. 569º CC*].
- **Redução do pedido:** menor quantificação do pedido.
- **Alteração da forma de tutela:** o novo pedido refere-se a uma forma de tutela jurisdicional que representa um maius ou um minus relativamente à tutela antes requerida [vg *alteração do pedido de mera apreciação para um pedido de condenação, ou a redução do mesmo, na situação inversa*].
- Pressupostos:
  - As partes acordaram na modificação do pedido: o pedido pode ser alterado ou ampliado em qualquer momento da tramitação da acção em 1ª ou em 2ª instância, excepto se implicar perturbação inconveniente para a instrução, discussão e julgamento [art. 272º].
  - As partes não acordaram na modificação do pedido: o pedido pode ser alterado ou ampliado na réplica, se o processo a admitir [arts. 273º-2, 1ª parte e 502º-1], ou até ao encerramento da discussão em 1ª instância se a ampliação for o desenvolvimento ou a consequência do pedido inicial [arts. 273º-2, 2ª parte e 646º] - vg *o Autor que pede uma indemnização por incumprimento pode pedir posteriormente a condenação do Réu nos juros moratórios*. A redução do pedido equivale a uma desistência parcial do mesmo, pelo que pode ser reduzido em qualquer altura, até ao proferimento da sentença final [art. 293º-1].
- **Modificação da causa de pedir:**
  - **Modificação qualitativa:** o Autor substitui a causa de pedir invocada por uma outra que é subsumível a uma diferente qualificação jurídica

- **Modificação quantitativa:** o Autor amplia ou reduz a causa de pedir alegada. Pode resultar da alegação ou da desistência de certos factos instrumentais dos factos essenciais que constituem a causa de pedir.
- O pedido pode, em qualquer dos casos, manter-se idêntico [vg *invocação, pelo Autor, de um diferente título de aquisição de um mesmo direito real*] ou, diferentemente, ser alterado [vg *Autor invoca, em vez da violação do seu direito de propriedade, o incumprimento de um contrato de arrendamento: o pedido de desocupação do imóvel deve modificar-se para o pedido de despejo*].
- Pressupostos:
  - As partes acordaram na modificação da causa de pedir: a causa de pedir pode ser alterada ou ampliada em qualquer momento da tramitação da causa em 1ª ou 2ª instância, excepto se implicar perturbação inconveniente para a instrução, discussão e julgamento [art. 272º].
  - As partes não acordaram na modificação da causa de pedir: a causa de pedir pode ser alterada ou ampliada na réplica, se o processo a admitir [arts. 273º-1, 1ª parte e 502º-1], ou em qualquer momento da pendência da acção até ao proferimento da decisão final, se o Autor pretender alterá-la ou ampliá-la em consequência de confissão do Réu, aceite pelo Autor [art. 273º-1, 2ª parte] - a confissão é irretractável [inalterável] depois de aceite pelo Autor, art. 567º-1.
  - A causa de pedir pode ser reduzida a todo o tempo, aplicando-se analogicamente o disposto no art. 273º-2, 2ª parte.

*Nota: quer na modificação do pedido, quer na modificação da causa de pedir, onde se lê “na réplica” [arts. 273º-1, 1ª parte e 273º-2, 1ª parte], deve ler-se “na réplica, em processo ordinário, e na resposta à contestação, em processo sumário - art. 785º”.*

A modificação unilateral do pedido ou da causa de pedir na réplica justifica que o Réu possa apresentar um articulado de resposta, a tréplica [art. 503º-1], no prazo de 15 dias.

## A PROVA EM PROCESSO

### Conceito de Prova

**§1: NOÇÃO.** A prova é a actividade realizada em processo tendente à formação da convicção do tribunal sobre a realidade dos factos controvertidos [art. 341º CC].

- **Meios de prova:** elementos portadores da informação que permite a formação da convicção do tribunal sobre a realidade dos factos controvertidos. Regem-se pelo princípio da equivalência ou substituição mútua. As partes não podem, em princípio, excluir um dos meios de prova típicos para a demonstração de um determinado facto, sob pena de nulidade de tal convenção [art. 345º-2 CC].
  - Típicos:
    - Confissão [art. 252º CC]
    - Documentos [art. 362º CC]: prova constituída, se utilizada desde o início do processo [na petição inicial].
    - Peritagem ou arbitramento [art. 388º CC]
    - Inspeção judicial [art. 390º CC]
    - Depoimentos das testemunhas [art. 392º CC]: prova constituenda, que se forma no decurso da acção.
    - Apresentação de coisas [art. 518º]
  - Atípicos - as partes podem admitir um meio de prova diverso dos legais quando o objecto do processo [art. 345º-2 CC]:
    - Não for um direito indisponível



- Não contrariar razões de ordem pública [*vg a apresentação de um documento particular enquanto prova de um facto para o qual a lei exija escritura pública*]. Exemplo: art. 1409º-2.
- **Facto:** qualquer elemento de uma previsão legal, excepto juízos de valor [*vg a gravidade da violação dos deveres conjugais*].
  - Factos externos: acontecimentos susceptíveis de serem determinados no tempo e no espaço.
  - Factos hipotéticos: *vg a situação do lesado se não tivesse existido a lesão*.
  - Factos internos:
    - Vontade [intenção do agente]
    - Conhecimento [situação de erro de um declarante]
    - Sentimento [amizade ou cólera]

A prova é regulada pelo direito probatório, material ou formal.

- **Direito probatório material** [arts. 341º ss CC e 513º-522º]:
  - Delimitação do objecto da prova
  - Repartição do ónus da prova
  - Admissibilidade dos meios de prova
  - Critérios de avaliação ou apreciação da prova

Quanto à aplicação das leis reguladoras do direito probatório material:

- Prova em geral [repartição do ónus da prova e apreciação da prova]: a lei nova é de aplicação imediata às acções pendentes.
- Prova de um certo facto, em concreto: *vg a lei nova que regula uma formalidade ad probationem - não é de aplicação imediata às acções pendentes* sempre que possam ser frustradas as expectativas das partes [sempre que tal for in pejus, enfim].
- **Direito probatório formal** [arts. 523º ss]:

- Apresentação, admissão e modo de produção da prova em juízo [procedimento probatório].
- De aplicação imediata às acções pendentes.

**§2: GRAUS DE PROVA.** O grau de prova estabelece a medida da convicção que é necessária para que o tribunal possa julgar determinado facto como provado. Só depois de o tribunal considerar que a parte cumpriu o ónus da prova é que importa verificar se essa prova é suficiente para que, no processo pendente, esse órgão possa dar o facto como provado.

- Prova lato sensu:
  - Prova stricto sensu: fundamenta-se na convicção da realidade do facto. Essa convicção pode, ainda assim, fundamentar-se na probabilidade da realidade do facto. O grau de convicção em causa permite excluir outra configuração da realidade dada como provada.
    - Exemplos: *declaração negocial tácita, deduzida de factos que a revelam com toda a probabilidade* [art. 217º CC].
    - Por vezes, a lei não se fica pela mera probabilidade dos factos, exigindo a prova indiscutível dos mesmos: *vg abuso do direito* [art. 334º CC].
  - Mera justificação: basta-se com a demonstração de que o facto é verosímil ou plausível, provável com uma certa margem de incerteza e de dúvida. Só é suficiente nas situações previstas na lei:
    - Exemplos: providências cautelares [art. 381º].
    - Exige-se uma certa prognose sobre um acontecimento futuro.
  - Princípio ou começo de prova: é o menor grau de prova - vale apenas como factor corroborante da prova de um facto. Não é suficiente para estabelecer, por si só, qualquer prova, mas pode coadjuvar a prova de um facto, em conjugação com outros elementos.

- Exemplos: art. 522º-1, 2ª parte e a recusa da parte em colaborar para a descoberta da verdade [art. 519º-2, 2ª parte, 529º e 357º-2 CC]. Estas condutas são livremente apreciadas pelo tribunal, mas não são suficientes para, por si mesmas, fundamentar qualquer resultado probatório. Em excepção ao art. 357º-2 CC, cumpre atender ao disposto no art. 314º CC, a respeito da dívida considerar-se confessada se o devedor se recusar a depor [LEBRE DE FREITAS].

### Objecto da Prova

**§1: FACTOS NECESSITADOS DE PROVA.** Conforme estudado supra, o objecto da prova é delimitado pelos factos alegados pelas partes [art. 664º, 2ª parte e 513º]. Há, todavia, factos alegados pelas partes que não se integram no objecto da prova: dos factos invocados, só necessitam de ser provados os factos controvertidos [aqueles que, alegados por uma das partes, são impugnados pela contraparte, art.490º-1] e, desse âmbito, somente os factos pertinentes para a decisão da causa [art. 511º-1].

Quando o Réu não aceita os factos alegados pelo Autor, mas invoca outros que são igualmente compatíveis com a procedência do pedido formulado, deparamo-nos com uma alteração da causa de pedir em consequência de confissão realizada pelo Réu [cfr. supra e art. 273º-1, 2ª parte]: *vg o Autor pede a restituição de uma quantia monetária com base num contrato de mútuo e o Réu reconhece que recebeu essa quantia, mas discorda dos factos alegados pelo Autor, uma vez que a recebera a título de cumprimento de um contrato de compra e venda que não chegou a concluir-se*. Se o Autor quiser aproveitar a confissão do Réu, deve alterar a causa de pedir que inicialmente invocou.

A actividade probatória pode implicar a necessidade de realizar prova sobre factos relativos aos meios de prova, originando um objecto de prova acessório ou secundário:

- **Objecto de prova acessório ou secundário:** *vg a arguição, por uma das partes, de factos que tornam duvidosa a credibilidade do depoimento de uma*

*testemunha da contraparte [art. 346º, 2ª parte CC] ou que implicam a sua incapacidade ou inabilidade para depor [arts. 616º e 617º].*

## §2: FACTOS DISPENSADOS DE PROVA.

- **Factos não controvertidos:**
  - Dos factos invocados pelas partes não necessitam de prova os factos não controvertidos, i.e., os factos invocados por uma das partes e não impugnados pela contraparte, considerados admitidos por acordo [rectius, ficção de acordo, arts. 490º-1 e 505º]. A admissão por acordo não é um meio de prova, uma vez que dispensa a realização de prova de um facto.
  - Também não carecem de prova aqueles factos que, de entre os factos alegados, estão abrangidos pela força de caso julgado de uma decisão anterior vinculativa para as partes [*vg se ficou estabelecida em anterior acção a propriedade do imóvel, na acção de desocupação do mesmo não cabe voltar a produzir a prova desse facto*].
- **Factos não necessitados de alegação:**
  - Os factos que não estão submetidos ao ónus de alegação não carecem de ser provados pela parte:
    - Factos notórios: art. 514º-1 e 254ºc) CC - factos que são do conhecimento geral de uma opinião pública medianamente informada, presumindo-se que o tribunal deveria ter igualmente conhecimento deles [*vg acontecimentos históricos, naturais ou económicos*].
    - Factos de conhecimento funcional: art. 514º-2 - factos conhecidos do tribunal pelo exercício da função jurisdicional e que sejam documentalmente demonstráveis [*vg a morte de uma das partes*].

- Não se confunda com os factos que pertencem ao conhecimento privado do juiz, *vg se o juiz tiver presenciado o facto e depuser como testemunha, justificando-se o seu impedimento no processo pendente, art. 620º-1.*
- Factos de conhecimento oficioso - factos que, apesar de não serem notórios nem de conhecimento funcional, o tribunal pode conhecer, por força da lei, independentemente de alegação das partes.
- O facto que a parte não tem o ónus de alegar, também não tem o ónus de provar, enfim. Pretende-se aumentar, correlativamente, os poderes de investigação do tribunal
- **Dispensa ou liberação do ónus da prova:** a lei pode estabelecer que é equivalente a prova de qualquer um de diferentes factos [*vg a parte que quer provar a posse de má fé pode demonstrar, em sua substituição, o carácter não titulado da mesma, recaindo sobre a contraparte o ónus da prova do facto contrário, art. 1260º-2 CC*] - art. 344º-1 CC.

**§3: FACTOS SUSCEPTÍVEIS DE PROVA INDICIÁRIA.** Quanto à (i)mediação da prova, a prova pode ser:

- **Prova directa:** o facto que constitui o objecto da prova é directamente percebido pelo juiz sem qualquer mediação [*vg inspecção judicial, art. 390º CC*].
- **Prova indirecta:** o facto que constitui o objecto da prova é demonstrado através da mediação de um outro facto.
  - **Prova histórica ou representativa:** o facto que o tribunal percebe representa um facto a provar [*vg prova documental ou prova testemunhal, porque aquilo que é transmitido pelo documento ou pelo depoimento permite ao tribunal retirar a prova do facto*].

- **Prova crítica ou indiciária:** o facto levado ao conhecimento do tribunal [facto probatório ou indiciário] permite deduzir o facto que constitui o objecto da prova [facto essencial]. Pressupõe uma dupla oneração: o tribunal deve verificar a adequação causal entre o facto probatório ou indiciário e o objecto da prova, e, caso admita essa adequação, deve apreciar e avaliar, nos termos gerais, a prova realizada quanto ao facto probatório ou indiciário.

- Pode revestir duas modalidades:

- **Prova por presunções** [art. 349º CC]: são meios de dispensa da prova do facto presumido, e não meios de prova, na medida em que não conduzem à prova do facto presumido, mas à inferência desse facto [não provado] de um outro facto [provado]. Modalidades:

- **Legais:** o facto principal é inferido de um facto probatório, estabelecido pela lei como base de uma presunção [art. 350º-2 CC].

- Ilidíveis [iuris tantum]

- Inilidíveis [iuris et de iure]

- **Naturais ou judiciais** [art. 351º e 393º CC]: regra de experiência [vg *a prova do excesso de velocidade pela marca dos pneus no asfalto*].

*Nota: o que permite distinguir as presunções das ficções legais é o facto de as primeiras se fundamentarem na normalidade das coisas [vg a presunção da titularidade do direito em que está na posse da coisa, art. 1268º-1 CC], enquanto que as segundas equiparam situações que são distintas, contrariando a realidade das coisas.*

- **Prova prima fácies ou de primeira aparência:** o facto principal é provado através de um facto indiciário [facto que faz presumir, através da

utilização de uma regra de experiência, o objecto da prova]. Assenta numa presunção judicial, na medida em que se baseia no percurso típico dos acontecimentos [regras ou máximas de experiência da vida e de normalidade] - vg *dedução da causa do acidente de viação pelo facto de o automóvel circular à noite sem luzes; prova por álibi [se ficar provado que alguém se encontrava em determinado lugar aquando do facto]*. Não podem ser utilizadas nos casos em que não é admitida a prova testemunhal [art. 351º e 393º CC], excluindo a sua utilização para a prova de factos que só podem ser provados documentalmente ou para a prova de factos plenamente provados por documento ou por outro meio com força probatória plena [art. 393º-1 e 2 CC].